

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 14/03/2014 - Edição 1007

Voto da CNTV na CCASP garante o emprego dos vigilantes de carro-forte que fazem o acompanhamento de manutenção de caixas eletrônicos



A Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (CCASP) acatou o questionamento da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e arquivou um processo que considerava ilegal que vigilantes de transporte de valores acompanhassem técnicos que realizam manutenção de caixas eletrônicos. O arquivamento ocorreu na 100ª reunião da CCASP, realizada nesta quarta-feira (12), em Brasília.

O processo foi levado a julgamento em reunião realizada no ano passado, com possibilidade de punição da empresa e declaração de ilegalidade do serviço. A CNTV retirou o processo de pauta e apresentou um voto diferente, que agora foi acatado e aprovado o



arquivamento do processo. Caso o serviço fosse considerado ilegal, algumas centenas de vigilantes seriam desempregadas e o trabalho passaria a ser realizado por clandestinos.

“Além disso, os vigilantes de transporte de valores que realizam este serviço podem atuar sem risco de serem abordados por policiais e penalizados sob a suposta alegação de serviço ilegal”, explicou José Boaventura, presidente da CNTV. “A Confederação Nacional dos Vigilantes, CNTV, estará sempre cumprindo seu papel como integrante da CCASP na defesa do emprego, da segurança e da atuação legal dos vigilantes de transporte de valores”, assegurou.

Fonte: CNTV

Lei obriga bancos a colocar seguranças fora do horário normal nas agências de CG

O vereador Miguel Rodrigues (PPS) encaminhou para apreciação da Câmara Municipal de Campina Grande o Projeto de Lei 036/2014 que visa obrigar as agências bancárias da cidade a contratar profissionais de segurança para estarem nas unidades das 6h da manhã às 22h.

Para o vereador, o projeto vai beneficiar a população em geral que não utiliza o sistema bancário fora do horário normal de atendimento com medo de assaltos.

- A maior reclamação dos clientes dos bancos, além das filas, é a não permanência dos vigilantes nas dependências da agência fora do horário de atendimento normal. Até as 10h e depois das 16h, as agências se tornam um ambiente vulnerável para os criminosos - disse o vereador.

A proposta está em tramitação na Comissão de Redação Constituição e Justiça e o parlamentar conta com o apoio dos vereadores e com a sanção do prefeito Romero Rodrigues.

Fonte: Paraíba Online

Sindicato denuncia empresa por exploração de menores



Segundo denúncia dos Sindicatos, cerca de 200 jovens trabalham irregularmente nas dependências da Feuduc

Pelo menos 200 menores estão sob condições de alto risco em Duque de Caxias. A denúncia é do Sindicato dos Vigilantes e Empregadores de Empresas de Segurança e Vigilância, Transportes de Valores, de Prevenção a Combate a Incêndio, de Curso de Formação e Similares ou Conexos de Duque de Caxias. Segundo o presidente Carlos Gil de Souza, os menores, formados como Agente de Defesa Civil Mirim por uma empresa privada, trabalham na Fundação Educacional Duque de Caxias (Feuduc). “Soube disso há quatro meses. A nosso ver, o que está acontecendo contraria a legislação. Levamos a denúncia à Delegacia Regional do Trabalho em Duque de Caxias, que promoverá uma audiência no próximo dia 14 (sexta-feira), às 10h”, disse ao Capital.

- Na verdade, esses menores são explorados pela tal empresa, pois trabalham, inclusive nos finais de semana, em escala de 12 horas como seguranças privados, exercendo também funções

como porteiros, faxineiros e controlando o acesso à Faculdade - explicou o sindicalista, exibindo documentos, postados no site da empresa, explicando que a mesma “cobra taxas para formá-los, vende uniformes aos mesmos e os coloca para trabalhar sem nenhuma proteção à sua integridade, sob as vistas das autoridades”.

O sindicalista mostra documentos, nos quais se lê que a empresa - Sociedade do Corpo de Bombeiros Civil Voluntário-RJ (SCBCV-RJ) - diz ser “uma entidade civil sem fins lucrativos”. Tem convênio com o Senai, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e a Feuduc, além de parceiros como as Defesa Civil Municipal e Estadual e a Secretaria Estadual de Educação. Nos mesmos, se observa ainda que ela é uma empresa que atua também como prestadora de serviços, fornecendo “profissionais de ambos os sexos qualificados como Bombeiro Civil, Socorrista e Condutor de Ambulância para atuar em empresas, condomínios

residenciais e comerciais, eventos, shows, reuniões, convenções, etc...”.

- Além de cobrar pelos cursos e a venda de uniformes por R\$ 380, a empresa também vende serviços e ainda pede doações através do site - acrescenta Gil. Carlos Gil diz que, abordando o assunto com o diretor da Feuduc, este reconheceu a situação e informou que a mesma [FEUDUC], naquele momento, já estaria recebendo proposta de empresas para a prestação de tais serviços. “Mas nossa preocupação maior é com esse bombeiro mirim. Menor não pode fazer serviço de portaria, faxineiro, vigilante e nem de controlador de acesso. Se ali tem uma entidade para ensinar prevenção e combate à incêndio, essas crianças tem que estar em uma sala de aula, tem que zelar por eles ali e fora dali, afinal saem de farda na rua, o que é um perigo. Não temos nada contra o trabalho social para essas crianças, o que não podemos admitir é que sejam expostas a graves riscos”. Ele disse ter ido à Defesa Civil do Município e lá foi informado que “aquilo ali é uma atividade legal”, e que no tocante à exploração de menores necessita de provas. Disse que um representante do Sindicato procurou a representante da empresa, na Feuduc, mas não obteve sucesso, sendo o sindicalista destrutado pela mesma. “Como não obtivemos os esclarecimentos necessários, fomos obrigados a requerer uma mesa redonda na DRT [Delegacia Regional do Trabalho]”, concluiu Carlos Gil. Indagado da possibilidade de não haver solução nesse encontro, Carlos Gil disse que terá que recorrer ao ministério público “para tomar as devidas providências”.

- Se eles estiverem dentro da lei, vão continuar atuando. Se não, terão que encerrar suas atividades - concluiu.

Feuduc cria comissão para apurar a denúncia

A direção da Feuduc informou ao Capital que a Feuduc é uma Fundação privada sem fins econômicos, cuja finalidade secundária é a promoção, amparo e o incentivo de atividades de interesse social, direcionadas ao amparo de crianças, adolescentes e adultos carentes”. Acrescentou que, em 2012, estabeleceu diálogo com uma série de Instituições com intuito de retomar suas atividades de cunho social. “Nesse conjunto ocorreu uma aproximação com os representantes da referida instituição. A proposta da mesma era a de utilizar duas salas e a quadra de esportes para os jovens que integram o programa. Entendendo que o programa executado pela Instituição citada seria de grande valia para a comunidade, já que se tratava

a princípio de formação profissional e cidadã para jovens e adolescentes. A FEUDUC aceitou a solicitação e abrigou o projeto em suas instalações”. Anunciou a criação de uma Comissão Especial para apurar a denúncia, integrada por Conrado da Nova Rodrigues, José Avelino da Silva (presidente) e Anderson Costa de Andrade (Relator). A entidade negou possuir convênio de trabalho ou de cunho econômico com a empresa citada. Disse ainda não empregar menores e que os que executam “algum tipo de trabalho, o fazem sob a responsabilidade SCBCV e para atender seus interesses”.

A Sociedade do Corpo de Bombeiros Civil Voluntário, também procurada, informou que utiliza o espaço da Feuduc em comodato, por 30 anos, renovável pelo mesmo período e sem remuneração uma vez que ela não presta serviços à Faculdade. “Nenhum membro desta Instituição, seja voluntário ou aluno do

projeto Bombeiro Mirim e Aspirante, presta serviços à Feuduc”, esclarece Tania Bueno, que assina como “diretor comandante” da empresa. Ainda segundo ela, o projeto Bombeiros Juniores e Aspirantes, Cidadãos do Amanhã conta com 822 alunos entre 10 e 18 anos.

Sobre ser citada como “parceira” da empresa, a Secretaria de Defesa Civil de Duque de Caxias informou que o órgão possui parceria “não contratual” com a SCBCV-RJ, através da Rede Municipal de Servidores, Voluntários e Amigos da Comunidade (Rede SVAC). O titular da pasta, Marcello Silva da Costa, acrescentou que a mesma “apoia a filosofia de trabalho voluntário e estimula toda e qualquer instituição, governamental ou não, que capacite, treine e oriente voluntários para qualquer tipo de ação útil à redução do risco de desastre, em favor da sociedade”.

Fonte: **Jornal Capital**

Após arrombamento de agência, Sindicato cobra mais segurança do Itaú

Ao tomar, nesta quarta-feira, 12 de março de conhecimento de que a agência 3040-Santa Luzia - Comercio São Benedito, na região metropolitana de Belo Horizonte, havia sido arrombada e não tinha condições de funcionar, o diretor regional do Sindicato, Geraldo Rodrigues, permaneceu até o final do expediente na unidade trabalho para garantir que o Itaú não abrisse as portas e obrigasse os funcionários a trabalhar em condições precárias e com falta de segurança.

Somente após contatos com a área de Relações Sindicais e Trabalho e Segurança Bancária do banco, foi

formalizado que realmente aquela agência deveria permanecer fechada até restabelecer sua segurança.

Para Geraldo Rodrigues, os trabalhadores devem denunciar imediatamente ao Sindicato situações semelhantes de falta de segurança que colocam risco a vida dos bancários, clientes e usuários. “Alertamos todos os bancários que sempre que houver situações semelhantes a da agência do Itaú colocando em risco a sua integridade e segurança, ele deve denunciar ao Sindicato que tem como uma das principais bandeiras a instalação por parte dos bancos de equipamentos de segurança nas

agências”, ressaltou.

Segundo a Contraf-Cut, a Polícia Federal (PF) aplicou nesta quarta-feira (12) multas de R\$ 5,312 milhões contra 14 bancos por falhas na segurança de agências e postos de atendimento bancário, durante a 100ª reunião da Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (CCASP), em Brasília. O Banco do Brasil foi bicampeão, com multas de R\$ 1,545 milhão, seguido do Itaú com R\$ 1,188 milhão, do Santander com R\$ 745 mil, da Caixa Econômica Federal com R\$ 738 mil e do Bradesco com R\$ 679 mil.

Fonte: **Sindicato dos Bancários de BH e Região**

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF